

Valadares faz defesa e Senado aprova projeto que fortalece Defensorias Públicas

Relator do Projeto de Lei Complementar 137/2009, o senador Antonio Carlos Valadares (SE) defendeu com ênfase e pediu apoio aos demais senadores pela aprovação do projeto que dá maior autonomia à Defensoria Pública, estende suas funções também para ação civil pública e amplia sua capacidade de atendimento, especialmente à população mais pobre. “A Defensoria Pública é a instituição constitucionalmente prevista para garantir o acesso integral à Justiça às pessoas carentes e, estas, serão as verdadeiras beneficiadas pela aprovação do PLC 137”, enfatizou o senador.

Os esforços de Valadares obtiveram o resultado esperado, pois, por 63 votos a 1, o plenário do Senado aprovou o PLC na tarde desta quarta-feira (16).

“É uma enorme contribuição à população brasileira, porque vai beneficiar exatamente a parcela da população que mais precisa da atenção do poder público; fortalecemos uma instituição que é fundamental para nossa democracia e nosso estado de direito, prestando orientação jurídica e a defesa dos necessitados, em todos os graus”, avalia o líder do PSB no Senado.

Para fazer seu relatório, o senador ouviu representantes de todos os organismos envolvidos nessa questão. Recebeu apoio de diversas entidades, entre elas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); da Associação Juízes para a Democracia (AJD); da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público Democrático (MPD).

O projeto prevê cinco principais aspectos: explicitação dos objetivos e das funções institucionais da Defensoria Pública; criação dos direitos dos por ela assistidos, inspirados em várias propostas sobre direitos dos usuários de serviços públicos; criação de mecanismos de fiscalização e participação social; modernização e democratização da gestão administrativa e orçamentária e, por fim, seleção, formação e capacitação dos defensores públicos.



Agência Senado

Casagrande propõe rede de fiscalização e controle entre os Legislativos



Agência Senado

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado vai realizar, em 2 de dezembro, um seminário sobre a criação da Rede de Fiscalização e Controle do Poder Legislativo. A proposta do presidente da Comissão, senador Renato Casagrande (PSB/ES), foi aprovada em reunião desta terça-feira (15). O objetivo da iniciativa é integrar parlamentares e técnicos das áreas de fiscalização e controle das Casas Legislativas federais, estaduais, e das câmaras municipais das capitais do país.

O evento que faz parte do V Fórum Senado Debate Brasil abordará temas como fiscalização de obras públicas, compras públicas, Lei de Licitações, Lei da Transparência e Sistema Siga Brasil. A sistematização da rede que terá entre suas atribuições a busca de solução de dúvidas on-line pelos profissionais do setor será consolidada durante o seminário. “Essa proposta contribui para o fortalecimento institucional do Legislativo e a transparência nas questões públicas. Ela possibilitará a integração das comissões de fiscalização e controle dos entes federados, complementando as ações já desenvolvidas pelo Interlegis e pelos Tribunais de Contas”, afirmou.